



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TATIANY CRISTINA VERISSIMO DE ALMEIDA**

**APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

**MACEIÓ, AL**

**2022**

TATIANY CRISTINA VERISSIMO DE ALMEIDA

**APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Prof<sup>a</sup>. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Edivânia Francisca de Melo

MACEIÓ, AL

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

**Tatiany Cristina Veríssimo de Almeida**

*Tatiany Cristina Verissimo de Almeida*

Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 09/06/2022

Título: Apontamentos sobre a intervenção do Assistente Social na Área da Educação

Conceito: aprovado

Banca Examinadora:

*Edvânia Francisca de Melo*

Professor orientador

*Filena Gomes de Jesus*

Examinador 1

*Tueli Nascimento*

Examinador 2

*Antonio Jorge Belo Mendes*  
Antonio Jorge Belo Mendes  
Assistente em Administração  
FSSO/UFAL  
SIAPE: 2412249

*À minha família, razão de minha existência.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me permitido concluir mais este sonho, mesmo com todo peso da universidade, rotina particular e as dificuldades em conseguir conciliar família, trabalho e estudos.

Com muito carinho, ofereço este trabalho aos meus pais, Renilva e Gilberto, pela educação e todo amor que sempre me deram.

Ao meu filho, Mateus, por compreender minha ausência, pelo apoio, respeito, ternura e carinho. Sempre serei grata pela sua cumplicidade. Amo você, filho!

Ao meu namorado, companheiro e amigo amoroso, Reidson Felix, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem nos momentos difíceis, pela paciência, compreensão, e por nunca ter me deixado desistir acreditando sempre no meu potencial.

Agradeço, em especial, à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Edivânia Melo, por conduzir o meu trabalho de pesquisa com toda dedicação, paciência, incentivo, preocupação e carinho, acreditando em mim e me fazendo sentir segura para prosseguir.

A todos os mestres que tive nessa caminhada, pelo vigor dos debates sobre o Serviço Social, pelos momentos partilhados e reflexões propiciadas. Um agradecimento especial à Prof.<sup>a</sup> Célia Porto (In Memoriam).

Aos meus amigos, Geisa Carla, Jonas Arruda e Julianna Sutarelli, os “Vips” do Serviço Social da UFAL. Muito obrigada por cada momento, apoio, sorrisos e conquistas.

Aos amigos fiéis de vida e de jornada diária de trabalho, Tesse e Tiago, pelo apoio e cumplicidade. Obrigada por escutar todas as minhas inquietações. Aprendi, assim, que nem sempre os nossos anjos da guarda têm asas. Muito obrigada para sempre.

Enfim, a todos os familiares e amigos que, de alguma forma, contribuíram para meu sucesso e acreditaram no meu sonho.

## RESUMO

O presente trabalho objetivou realizar algumas reflexões sobre a intervenção do assistente social no espaço socioocupacional da educação. Para isso, investigou também as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho. Neste período de incertezas e transformações em que vivemos, cabe refletirmos sobre a importância do papel e contribuição do Assistente Social nas instituições de ensino, uma vez que se entende que este é um profissional, dentre outros, que possui as competências e atribuições necessárias para a mediação das demandas apresentadas no contexto escolar dentro das Políticas Sociais. Dado o problema de pesquisa pautado, o estudo resulta em um levantamento bibliográfico com caráter exploratório-descritivo de abordagem qualitativa. A partir do estudo, foi possível perceber a importância da educação, compreender que ela possui uma função social importante na dinâmica da reprodução do ser social. Por meio de todo o estudo realizado e apresentado foi possível compreender que o profissional Assistente Social busca constantemente a apreensão da realidade com base nas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa indispensáveis ao exercício profissional, desenvolvendo uma análise crítica, levando-a a discutir as estratégias de intervenção do assistente social, de forma que estejam as atividades desenvolvidas e comprometidas com o Projeto Ético-Político da profissão.

**Palavras-chave:** Trabalho, Educação, Políticas Sociais.

## **ABSTRACT**

The present research work aimed to perform some reflections about the social worker intervention in the socio-occupational space of education. For this, it also investigated the contemporary transformations that affect the world of work. In this period of uncertainties and transformations in which we live, it is important to reflect about the importance of the role and about the Social Worker contribution in the teaching institutions, because that is understood that this is a professional, among others, who has the necessary skills and attributions to mediate the demands presented in the school context within the Social Policies. Given the problem of guided research, the study results in a bibliographic survey with a exploratory-descriptive qualitative approach. From the study, it was possible realize the importance of education, understand that it has a important in the dynamics of the reproduction of the social being. Finally, through all the study carried out and presented, it was possible to understand that the professional Social Worker develops activities to face the demands that are presented to them, constantly seeking to apprehend reality with based on the dimensions: theoretical-methodological, ethical-political and technical operative indispensable to professional practice, developing a critical analysis, leading her to discuss the intervention strategies of the social worker, so that activities are developed and committed to the Ethical-Political Project of the profession.

**Keywords:** Work, Education, Social Policies.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABEPSS:** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;
- AIDS:** Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;
- BM:** Banco Mundial;
- CFESS:** Conselho Federal de Serviço Social;
- CNTE:** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;
- CONSED:** Conselho Nacional de Secretaria da Educação;
- DST:** Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente;
- EJAI:** Educação de Jovens, Adultos e Idosos;
- FMI:** Fundo Monetário Internacional;
- IDEB:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- MEC:** Ministério da Educação e Cultura;
- ONG:** Organizações não Governamentais;
- OSCIP:** Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- PBF:** Programa Bolsa Família;
- PCN:** Parâmetros curriculares nacionais;
- UNDIME:** União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação;
- UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. CRISE DO CAPITAL E AS MUDANÇAS NAS POLITICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>3. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE .....</b>	<b>20</b>
3.1 O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL .....	22
3.2 DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	25
3.3 A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES.....	32
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a intervenção do assistente social no espaço socioocupacional da educação como forma de compreender as expressões da "questão social" na política educacional, reconhecendo a educação como direito universal para todos.

De forma geral, iremos estudar as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, e vêm provocando redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais. Com isso, a reprodução ampliada do trabalho adquire características especiais, provoca mudanças em suas relações, com o aumento do desemprego, fazendo crescer, ainda mais, o chamado exército industrial de reserva.

Na educação, o Serviço Social tem a possibilidade de contribuir com a realização de estudo na área, auxiliando, também, na viabilização do encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, e para a melhoria das condições do direito de acesso à educação pública.

É necessário compreendê-la a partir dos processos históricos que a tornaram uma dimensão cada vez mais complexa da vida social, possuindo um caráter constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade.

A intervenção do profissional de serviço social precisa estar envolvida não apenas com a instituição, mas também com a comunidade. O Serviço Social exerce papel importante na apresentação de possibilidades de um espaço para discussões e esclarecimentos sobre diversos temas que atingem a sociedade atual. Dentre alguns pontos observados no espaço socioocupacional da educação, vale destacar a questão da reflexão da luta, prevenção e combate à violência sexual contra a criança e o adolescente.

Um dos passos a ser dado para alcançar o objetivo geral da pesquisa foi entender que a contribuição do assistente social é de buscar formas de enfrentar entraves vivenciados pelos (as) alunos (as) diariamente, despertando neles uma consciência crítica, tendo como finalidade formar cidadãos conhecedores de seus direitos e de sua existência na sociedade.

Diante da precariedade de outras políticas sociais, a instituição escolar tem assumido o papel de trazer soluções para necessidades diversas, deixando em lugar secundário sua função de prover conhecimentos científicos, históricos, da linguagem, matemáticos, do campo cultural e etc. A escola acaba convertida em um modelo precário de ensino, produzindo “quase alfabetizados” e improvisando respostas para as diversas expressões da “questão social”.

Percebe-se que, com o passar dos anos, a vivência escolar foi se modificando, e novas demandas sendo apresentadas, trazendo, consigo, um grande desafio para os profissionais da educação. Os conflitos, as situações de violência, drogadição, evasão escolar, baixo rendimento escolar são, hoje, desafios encontrados no cotidiano de uma instituição de ensino, e que, muitas vezes, não são solucionados por diferentes aspectos e motivos. Considerando esta realidade, cabe refletir sobre a contribuição do Assistente Social nas instituições de ensino, uma vez que se entende que este é um profissional, dentre outros, que possui as competências e atribuições necessárias para a mediação das demandas apresentadas no contexto escolar.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas que se basearam em publicações científicas da área trabalho, educação e serviço social. Recorremos aos seguintes autores Gounet (1999), Melo (2003). Lessa (2013), Maceno (2017), Almeida (2007).

Este Trabalho de Conclusão de Curso estrutura-se a partir de três capítulos. No primeiro, apresenta os reflexos da crise do capital e do neoliberalismo sobre as políticas sociais; no segundo capítulo, aborda a intervenção do Assistente Social na política de Educação; e, no terceiro capítulo, apresenta uma experiência de estágio num espaço socioocupacional da educação.

## **2. CRISE DO CAPITAL E AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS**

Iniciaremos estudando as transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho e provocaram redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais. Para o debate proposto, investigamos, em primeiro lugar, os estudos de Gounet (1999) referentes à organização e aos desdobramentos do processo de trabalho. Posteriormente, realizamos o estudo dos reflexos da crise do capital e do neoliberalismo sobre as políticas sociais, em especial a política de educação.

A partir de 1973 -1974, o mundo capitalista entrou em uma crise estrutural caracterizada pelo débil crescimento da demanda. Segundo Gounet, na produção automobilística os governos tinham interesse em atrair para seus territórios empresas que pudessem criar muitos empregos. Ainda conforme Gounet, a indústria automobilística tem a particularidade de ser pioneira em matéria de organização da produção. Apresentando-se como um modelo que traz inovações técnicas, o fordismo, ainda dominante na indústria automobilística, no início dos anos 70, pode ser visto como símbolo da exploração capitalista: diz o autor que, sem qualificação, o operário da linha de produção aparece como uma máquina de dar lucro para a empresa. Tal modelo, avaliava Gounet, baseava-se na produção em massa de mercadorias que se estruturava a partir de uma produção verticalizada. Com esse processo de produção, edificou-se um sistema que procurava delimitar o campo de luta de classes. Para o pensador, o referido processo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho (GOUNET,1999).

A crise do fordismo, então, como já alinhavado acentua-se em 1970, devido aos seguintes fatores: ganhos de produtividade decrescentes; crises no ambiente de trabalho (greves e conflitos); crise do estado (redefinição do seu papel); competitividade do Japão; e choque do petróleo de 1973. O sistema capitalista entrou numa crise estrutural, marcada principalmente pelo baixo crescimento da demanda. E ocorre a necessidade de trocar a padronização pela diversificação.

Gounet (1999) apresenta um resumo do sistema toyotista, como um sistema de organização da produção baseado em respostas imediata às variações de demanda e que exige, portanto, uma organização flexível e integrada do trabalho. Neste modelo de produção, o trabalhador precisa ser polivalente. Porém, os salários não são corrigidos à altura do aumento de qualificação (GOUNET,1999). O autor explica também que o toyotismo conseguia enfrentar melhor a crise econômica e a saturação do mercado. Isso acontecia, segundo o autor, porque o referido sistema se adapta melhor às mudanças tecnológicas, que permitem mais flexibilidade e integração do sistema de produção.

O Toyotismo, também conhecido como *just-in-time*, produzia de acordo com a demanda. Nas fábricas onde esse modelo era adotado, a produção tinha uma sintonia com a entrada de matéria-prima e com o mercado consumidor. Quando a procura era grande, eram produzidos mais produtos, ocorrendo um aumento da carga de trabalho, as estratégias eram definidas de acordo com as demandas do mercado, ou seja, havia sempre uma renovação na produção em termos de sistema e tecnologia, algo que se tornaria impossível com as técnicas anteriores, tendo os operários a obrigação de cumprir/realizar horas extras. O trabalhador assumia funções diferentes na empresa, ou seja, ele era polivalente. Diferente do fordismo, o operário precisaria conhecer o processo produtivo e as novas tecnologias. Essa exigência demandava uma força de trabalho mais qualificada e reduzia a quantidade de trabalhadores dentro da indústria. Sendo assim, o toyotismo provocou, entre outros problemas, o aumento do desemprego.

Gounet (1999) ainda afirma que há a polivalência que, de um lado, aumenta as aptidões e, portanto, as responsabilidades do trabalhador, mas que, por outro, não o remunera proporcionalmente e o obriga a se deslocar de um lugar para outro ajudando seus colegas com diversas funções. O toyotismo se baseia no aumento do recurso da subcontratação, aumento das horas extras e, evidentemente, sem nenhuma menção à melhoria das condições de trabalho, à humanização das relações sociais e à parceria com os sindicatos.

O sistema de acumulação na indústria automobilística aparece como um fantástico processo de marginalização, de exclusão, de estratificação social. Ele provoca uma diferenciação social ainda mais pronunciada. E essa tendência de

reforço e ampliação da desigualdade é, segundo Gounet (1999), tudo, menos democracia. A acumulação significa crescer para obter benefícios cada vez mais gigantescos em um futuro cada vez mais próximo (GOUNET,1999).

Na procura por lucros, o capital passa a investir na tecnologia colaborando deste modo para o desenvolvimento das forças produtivas. A Revolução Tecnológica apresenta uma mudança na forma de vida das sociedades, das diversas áreas de conhecimento, dos planos econômicos, político, cultural e humano, gera uma ativação na fabricação, porém, há uma redução da força de trabalho que foi substituída por máquinas e um aumento na competitividade no mercado. Essa nova organização resulta em aumento de desemprego e miséria. As condições de vida, saúde e trabalho, neste contexto, precarizam-se ainda mais, impactando de forma negativa na saúde e no aumento da exploração da mão-de-obra.

Porém, essa expansão esgotou-se e o capital mais uma vez passou a apresentar sinais de crise, como, por exemplo, a queda de lucro decorrente do excesso de produção, o esgotamento dos padrões adotados pelo capital para acelerar a produção/acumulação, a desvalorização do dólar, a crise do Estado de Bem-Estar Social, a intensificação da organização da classe trabalhadora. Todas essas mudanças contribuíram para a introdução do neoliberalismo.

O neoliberalismo pode ser apresentado como uma resposta do ponto de vista governamental à crise global do capital. Onde antes era possível encontrar normas de proteção do trabalho e do trabalhador, passamos a ter flexibilização de relações trabalhistas. Ao invés de rede social de proteção e seguridade, passamos a ter privatização de previdência e do bem-estar coletivo. Com a justificativa de contenção de gastos sociais e saneamento das dívidas.

Melo (2003) aponta que a análise das bases materiais e sociais do neoliberalismo ultrapassa os limites das diversas áreas do conhecimento e mescla elementos de universos distintos, citando a crise de acumulação do capitalismo dos anos 70 que encerrou os gloriosos anos do fordismo e do desenvolvimentismo, e consolidando o neoliberalismo como projeto social. Este imprime um caráter tanto de dominação, coerção, e poder econômico-social, quanto de direção política e cultural,

de consenso no sentido de formação de uma nova civilização, de renovações culturais dentro do próprio capitalismo.

Melo (2003) apresenta apontamentos para a crítica do projeto neoliberal de sociedade e de educação. As políticas de caráter neoliberal tiveram impactos muito forte em diversos níveis das vidas. Aliadas às profundas transformações sócio-políticas mundiais, tal pensamento neoliberal começou a atingir as pessoas no seu cotidiano de vida e trabalho, através de uma forte penetração de seu discurso na mídia, nas ações governamentais, modificando, assim, as relações sociais de trabalho. O “pensamento neoliberal” não se restringe a uma mudança, ou mudanças no discurso político liberal, nem aos diversos aspectos da formação de consenso veiculados pela mídia ou pelo discurso governamental, ou mesmo pelo discurso dos diversos sujeitos políticos coletivos que fazem sua apologia. A autora ressalta que pensar desta forma é subestimar, ou mesmo desconsiderar, a força ideológica que imprime ao neoliberalismo uma materialidade, e desconsiderar, também, a historicidade de sua consolidação.

A consolidação do neoliberalismo como realização de um projeto social na ótica do capital apresentou vários elementos. Melo (2003) cita alguns movimentos como: revolução no modo de produção social capitalista, no sentido da incorporação cada vez maior e mais intensa da ciência e da tecnologia, com forças produtivas, nas diversas fases de realização do capital; a reprodução ampliada do capital; a reprodução ampliada do trabalho adquire características especiais, provocando mudanças nas relações de trabalho por meio do aumento do desemprego e ampliação do chamado exército industrial de reservas; a correlação de forças sociais se consolida no sentido da transnacionalização, da globalização dos mercados.

Segundo a autora, a discussão teórica acerca do neoliberalismo toma novas direções e diferentes tendências, pois são elaboradas no cenário mundial e merecem ser cuidadosamente analisadas, no sentido de contribuir para a compreensão de um projeto social tão conservador que consegue se traduzir num ideário e mesmo num discurso pretensamente progressista, especificamente quando nos referimos à questão da educação. Quando abordamos temas como a formação de competências e habilidades de construção individual do conhecimento ou de valorização do cotidiano escolar fica menos óbvio perceber como o neoliberalismo, baseado no

individualismo econômico, compromete nossas práticas educacionais. Introduzido no Brasil em 1989, o projeto neoliberal provoca efeitos nefastos de exclusão social, incluindo aí tanto uma segregação social quanto uma restrição ao acesso e à criação e produção de ciência e tecnologia, por meio de um processo de redução de aprendizagem e de limitação do acesso da população aos diversos níveis da educação (MELO, 2003).

Melo (2003) observa, ainda, que o neoliberalismo ressurgiu como uma reação liberal conservadora, fundada numa visão economicista, centrada no interesse dos indivíduos; na liberação do mercado; na restrição das funções do Estado a uma administração mínima contra o protecionismo; e na restrição às diversas formas de corporativismo, associações e sindicalização da classe trabalhadora. O neoliberalismo vai se consolidando como um projeto de conformação social propício para legitimar o crescimento intenso da esfera que apontava os rumos para acumulação capitalista mundial. O neoliberalismo também procura diminuir o papel econômico do Estado em sentido estrito, reduzindo a sua necessidade às funções de repressão, de segurança e de legitimação jurídica-institucional, atacando o seu papel de regulador de políticas que interferem no mercado. A autora lembra, também, que nos anos 70 as organizações e sindicatos de trabalhadores e empresários se consolidaram, definindo de forma cada vez mais específica seus projetos de sociedade.

Nesse processo, as diversas organizações da sociedade civil adquiriram mais clareza no direcionamento de suas demandas e começaram a promover movimentos de pressão, exigindo maiores espaços de representação na burocracia estatal. A autora afirma, também, que o neoliberalismo se tornou base ideológica do projeto social dos setores mais conservadores do capitalismo mundial. A direção neoliberal de seu projeto social inclui a implementação de políticas estatais de desestabilização e privatização, desregulamentação institucional política e econômica, inclusive das relações de trabalho, da abertura das políticas econômicas e dos sistemas financeiros nacionais, a favor do capital financeiro internacional (MELO, 2003).

Melo (2005) aponta que somente na década de 1990 foi possível compreender que o liberalismo e neoliberalismo têm premissas diferentes quando se trata do desenvolvimento de países desenvolvidos e de países subdesenvolvidos. Segundo a

autora, a interferência dos chamados países desenvolvidos na condução da relação entre Estado e mercado nos países em desenvolvimento constitui-se em uma tensão fundamental para a compreensão do processo de mundialização do capital, porque, na defesa do capitalismo, o neoliberalismo - como projeto de sociabilidade - assume novas formas. A autora apresenta algumas características da mundialização do capital e demonstra como a mundialização da educação se realizou no processo de condução de um novo bloco histórico no mundo. A concentração cada vez mais intensa do capital nos países desenvolvidos centrais provocou um aprofundamento das condições de exploração do trabalho e o aumento do desemprego. Sem esquecer de citar a “refuncionalização” do Estado que se realizou tanto no sentido de uma maior racionalização e eficiência estrutural quanto na redução do gasto social público. Tanto significou a privatização de empresas e órgãos públicos estatais quanto a desresponsabilização do Estado em relação às atividades relativas ao bem-estar social, inclusive em suas funções essenciais de saúde e educação. Este movimento resultou na precarização da qualidade de vida nesses países, com o aumento da pobreza e da miséria (MELO, 2005).

Melo (2005) afirma, ainda, que entre as “novas funções do Estado”, preconizadas pelo Banco Mundial, estaria a capacidade de dirigir, administrar e induzir demandas econômicas e sociais, diluídas entre vários sujeitos sociais que não fariam parte exclusivamente do governo – as organizações não governamentais. Estas seriam organizações sociais restritas e não necessariamente representativas, locais e internacionais que assumiriam o caráter de instância de resolução dos conflitos sociais.

No Brasil, o projeto neoliberal começou a ser introduzido em 1990, e implantando a partir de 1995 por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado. Os resultados da referida implementação podem ser identificados no corte sistemático de gastos para as áreas sociais. O processo de “refuncionalização do Estado”, em vigor desde aquele ano, deu início a um novo dimensionamento das esferas públicas e privadas do país. A conformação das políticas educacionais brasileiras ao processo de mundialização da educação envolveu sérios conflitos com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), conflitos que se estenderam, associados, aos seus principais parceiros, como o Conselho Nacional de Secretaria da Educação (Consed),

a União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação (CNTE), além da sociedade civil, organizada em torno do Fórum em Defesa da Escola Pública e mobilizada nos Congressos Nacionais de Educação.

De acordo com Melo (2005), o discurso da globalização como forma integrada e harmoniosa de desenvolvimento e crescimento capitalista, associado à realização do projeto neoliberal de sociedade e de educação, conduziu a um processo excludente da mundialização do capital. Mesmo ocorrendo uma ampliação da participação popular nas decisões e realizações das políticas educacionais, fruto também de intensa resistência da sociedade civil organizada, o que mais chamava a atenção era a participação de diversos sujeitos políticos coletivos. Por outro lado, esta uniformização em que se fundamentam as reformas educacionais conduzidas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, BM- Banco Mundial e Unesco provocou o desmonte dos sistemas educacionais locais, restringindo as políticas educacionais para educação fundamental pública regular, bem como estimulando a privatização da educação como um serviço e não como um direito social.

Maceno (2017) aborda que a escola é um complexo necessário para assegurar a reprodução das sociedades de classe. A educação é uma necessidade social para a constituição do indivíduo posta pelo trabalho. Sem se apropriar de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. que os habilitem a agir socialmente, é impossível aos homens constituírem para além de indivíduos biológicos. Com o aparecimento da sociedade de classes, o grau de apropriação desses saberes é diferenciado de acordo com as barreiras socialmente constituídas ao seu acesso, nenhum homem pode tornar-se indivíduo social sem se apropriar deles pelo complexo da educação. Conforme Maceno (2017), o complexo social da educação atua como mediação para a constituição do indivíduo social e, ao mesmo tempo, para a reprodução da sociedade.

Melo (2005), ao citar a mundialização da educação, afirma que a partir da década de 1980 as políticas educacionais também seguiram os movimentos de mundialização do capital. Proclamada como área fundamental a ser desenvolvida nas ações para a redução da pobreza nas regiões subdesenvolvidas, a educação também foi alvo de mudanças, tanto no sentido da uniformização dos empréstimos e

condicionalidades, quanto do aumento da importância dada à eficiência dos projetos e programas na área. Do ponto de vista das agências de empréstimos internacionais, a educação torna-se o eixo principal das políticas de redução da pobreza, associada à vocação dos países subdesenvolvidos para o consumo de ciência e tecnologia. No Brasil, a mundialização da educação mantém características históricas fundamentais de exclusão social, mantendo o dualismo entre a educação para as massas e para as elites, organizando os sistemas educacionais para a capacidade e geração de conhecimentos diferenciados.

Behring (2003) ressalta que a superação da crise fiscal é o elemento central utilizado pelos governos neoliberais para o enfrentamento da crise do Estado. Alguns elementos são pontuados para caracterização da situação da crise fiscal, a autora cita-os: *déficit* público; poupanças públicas negativas ou muito baixas; dívida interna e externa, excessivas; falta de crédito do Estado; além da redução da credibilidade do governo. O centro social-liberal está em oposição às concepções predominantes na esquerda. Ele se une à direita pragmática para engendrar a reconstrução do Estado. Esse Estado deve ser também democrático, e a democracia deve existir como meio de acesso ao poder político. A autora percorre as proposições do Plano da Reforma do Estado, implementado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995. A “reforma” do Estado é, então, uma cobrança da cidadania e um tema de alcance universal nos anos 1990. Essa proposta tinha como objetivo criar as condições necessárias para a reforma do Estado, dando uma ênfase especial à privatização dos serviços públicos, alterações na previdência social, desprezando, desta forma, as conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988. A crise do Estado assume a forma de crise fiscal, de esgotamento do modelo estatizante de intervenção na economia, e da administração pública burocrática.

Behring (2003) cita ainda que é proposta uma redefinição do papel do Estado. A referida “reforma” passaria por transferir para o setor privado atividades que poderiam ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização, para o “setor público não estatal”, de atividades que devem ser subsidiados pelo Estado, como educação, saúde, cultura e pesquisa científica.

Retornando à análise para a questão da privatização brasileira, Behring (2003) situa o contexto da crise contemporânea do capital, o papel que o Estado e a sociedade civil passam a assumir neste contexto, e o protagonismo dos organismos financeiros internacionais na definição das políticas estatais dos países de capitalismo periférico. A referida privatização impõe reformas políticas, econômicas e socioculturais que vão ter implicações na soberania dos Estados-nação que aderirem a ela, mediante as condicionalidades de suas políticas internas e externas. Estas instituições desempenham funções relevantes para o ajuste de integração dos espaços mundiais, visando à produção e à reprodução do capital.

Behring (2003) afirma que transformações no Estado brasileiro são fundamentais numa agenda que se propõe superar um Estado privatizado, voltá-lo para a coisa pública e, especialmente, imprimir eficiência às suas ações. No entanto, ela chama a atenção para o fato de que este período foi marcado por perdas de direitos, sucateamento das políticas públicas, desemprego em massa e privatizações.

É importante pontuar que, conforme Behring (2003), as perspectivas de voluntariado e ajuda mútua ganham força nesse processo de programas com caráter focalizado na extrema pobreza, com rigorosos processos de seletividade redirecionando o atendimento da política pública.

No capítulo seguinte abordaremos a intervenção do assistente social na política de educação, e continuaremos explorando-a como uma relação social que precisa ser entendida como resultado de tensões de classe.

### **3. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE**

Neste capítulo, vamos abordar a importância do profissional de Serviço Social inserido na política de educação. Estudando os textos de Lessa, iremos compreender a educação como política, um direito de todos e dever do Estado e da família. Enquanto dos textos de Almeida iremos destacar a inserção dos assistentes sociais na área educacional que deve expressar uma das estratégias de enfrentamento da realidade de algumas das muitas expressões da “questão social”.

Lessa (2013) aborda no texto “A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate” uma reflexão referente à educação como política pública, como também um estudo referente à ampliação do acesso a ela, sua fragilidade e a vinculação com o Serviço Social.

A educação é uma relação social e precisa ser entendida como resultado de tensões de classe e dos elementos que lhes são decorrentes, sendo, então, a educação influência e influenciada pela produção e reprodução das relações sociais objetivada nas vidas humanas (LESSA, 2013). A autora destaca como fenômeno contemporâneo da educação no Brasil a valorização de ações de voluntariado com a consequência de desprofissionalização dos educadores, bem como a compra de serviços educacionais públicos que são adquiridos através de ONG’s e/ou OSCIP’s. Tal expansão e aprendizagens fora dos ambientes formais, dissociadas de fundamentação científica, gera um modelo de formação precarizada, simplificada, produtivista, desqualificando os serviços oferecidos pelo sistema público e valorizando o capital privado.

Dentro da política de educação, a escola busca como objetivo a inclusão e o desenvolvimento social. Conforme a Constituição Federal de 1988, capítulo III, artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Lessa (2013) afirma que a educação e a escola pública brasileira estão diante de uma base legal minimalista e subfinanciada, e de uma rede pública sucateada, de

profissionais da educação mal remunerados, sem falar das mudanças realizadas pela LDB de 1996.

No campo da educação, a escola pública apresenta uma realidade complexa e o Assistente Social encontra-se inserido nesse contexto, tendo as expressões da “questão social” como objeto de sua intervenção. Esse profissional deverá procurar entender tais expressões e, assim, através da luta pela consolidação de direito e viabilização dele, realizar o seu enfrentamento, sendo a garantia dos direitos ao acesso às políticas sociais e educacionais uma das formas possíveis de enfrentamento das expressões da “questão social” pelos assistentes sociais. Segundo a autora, o profissional de serviço social enfrentará inúmeros desafios, dentre eles, a intervenção em políticas públicas precarizadas e subfinanciadas, muitas vezes com vínculos de trabalho precários e com baixa remuneração, atendendo a usuários que experimentam em seu cotidiano profissional as consequências dramáticas das desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira e que possuem impactos objetivos e subjetivos intensos em suas vidas (LESSA, 2013).

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço socioocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, gestado desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências profissionais, devem ser observados e respeitados tanto pelos assistentes sociais, quanto pelas instituições empregadoras. Falando das competências dos assistentes sociais será através delas que os profissionais buscarão a análise crítica da realidade, construindo estratégias necessárias para responder às demandas sociais dos trabalhadores.

A abordagem da pobreza e de outras expressões da “questão social” pela via da escola terá maior ênfase com as políticas de ampliação de escolarização e de estímulo à permanência no espaço escolar, como o Programa Bolsa Escola, posteriormente incorporado ao Programa Bolsa Família (PBF), considerado o mais importante programa de transferência de renda por sua visibilidade e extensão.

Lessa (2013) afirma, ainda, que programas como o PBF revelam os contornos limitados da abordagem da “questão social” e das expressões do pauperismo no ambiente escolar, mas este tipo de ação não é dispensável, mas precisa receber melhorias, receber mais recursos e ser articulado com outras políticas sociais.

### 3.1 O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Conforme Lessa (2013), no que se refere à relação entre a política educacional e o Serviço Social, vale ressaltar que a escola pública precisa ser compreendida em suas determinações de ordem econômica, social e política, considerando suas potencialidades e limitações no contexto do capitalismo, pois educar é um processo amplo e complexo, que extrapola os muros escolares, e por isso a importância da criação de retaguardas e de outras políticas sociais e serviços no entorno da política educacional. Faz-se necessário responsabilizar e denunciar governos por sua inadequada gestão, valorizar a luta dos seus trabalhadores e a participação das famílias e da sociedade no interior dos espaços educacionais e nos Conselhos de Direitos, por um adequado financiamento e controle social e pela articulação com outras políticas públicas.

Na prática do profissional Assistente Social e de outros profissionais do campo educacional, é preciso uma conduta democrática e olhar indagador/pesquisador, que seja contrário ao senso comum, com capacidade de dialogar com a população, que, apesar de tudo, sobrevive, resiste e luta, mesmo diante das dificuldades.

Percebe-se que, com o passar dos anos, a vivência escolar foi se modificando, e novas demandas foram sendo apresentadas, trazendo consigo um grande desafio para os profissionais da educação: conflitos, as situações de violência, drogadição, evasão escolar, baixo rendimento escolar são, hoje, desafios encontrados no cotidiano de uma instituição de ensino, que, muitas vezes, não são solucionados por diferentes aspectos e motivos. Considerando esta realidade, cabe refletir sobre a contribuição do Assistente Social nas instituições de ensino, uma vez que se entende que este é um profissional, dentre outros, que possui as competências e atribuições necessárias para a mediação das demandas apresentadas no contexto escolar.

A educação condiciona o modo de vida de um povo, onde educar e governar são sempre práticas inacabáveis para os pesquisadores e educadores, assim como sua reflexão e crítica sobre essas práticas.

Para abordar a intervenção do assistente social na área da educação, é importante salientar que o Serviço Social brasileiro surge na década de 1930 como mediador das relações entre a classe trabalhadora e o empresariado. Neste período, havia grande insatisfação por parte da classe trabalhadora que vivenciava péssimas condições de trabalho, extensas jornadas de trabalho, condições insalubres para o exercício da profissão, exploração do trabalho infantil e de mulheres. Nesta situação, o Serviço Social surge para mediar essa relação, juntamente com o apoio da igreja católica, que foi uma das bases fundadoras da profissão.

Na década seguinte, 1940, com a ativação das reivindicações por bens e serviços por parte dos trabalhadores, o Brasil foi incentivado a desenvolver políticas sociais, ampliando o mercado de trabalho para os Assistentes Sociais na esfera pública.

Vale ressaltar que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada. Dessa forma, o assistente social pode desenvolver atividades voltadas para a população das instituições que procura o trabalho deste profissional para ajudar na administração, no planejamento, na supervisão, na consultoria, na gestão de políticas, de programas e de serviços sociais.

O Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação e relações familiares. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 114).

Nesse sentido, pensar a escola significa considerar as relações sociais que a permeiam. Porém, cabe ainda assinalar que a atuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas.

Sobre o Código de Ética da profissão de Serviço Social, é preciso ter em vista a necessidade de o profissional obter seus direitos e cumprir seus deveres, que serão materializados dentro do seu campo socioocupacional no exercício de sua prática profissional.

O Assistente Social precisará, mesmo em meio a conflitos, defender os direitos sociais, e cumprir os deveres postos no Código de Ética, ter clareza de seu entendimento para que ele não apenas legitime a sua profissão, mas que também possa garantir direitos para os trabalhadores. Assim, a educação se tornará não apenas um campo perpassado por alienação, mas também um campo de formação do sujeito que entenderá a importância de ter seu direito garantido e não sonogado. Realmente, o campo da educação é um espaço socioocupacional que o profissional de serviço social tem se inserido; porém esse campo, com o passar do tempo, e com as influências neoliberais que atingem as políticas sociais brasileiras, tem se tornado muito desafiador. Cabe, então, ao assistente social saber dialogar, mediar conflitos e, claro, sempre prezar pela garantia de direitos à classe trabalhadora. (CFESS, 2001)

Conforme o documento do CFESS, publicado em 2012, “Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação”, a educação é um complexo constitutivo da vida social. Ela tem uma função social importante na dinâmica da reprodução do ser social, numa sociedade que se organiza a partir da contradição entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. O documento afirma, ainda, que para que ocorra um equilíbrio das tensões no âmbito educacional faz-se necessária a articulação de diversas dimensões da atuação profissional, como as abordagens individuais às famílias; a dimensão investigativa; a intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; e a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução de políticas sociais. O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de estudo social, auxiliando também na viabilização do encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais e para a melhoria das condições do direito de acesso à educação pública.

A educação, portanto, não deixou de ser um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diferentes sujeitos sociais, mas passou a ser também uma das principais e estratégicas áreas de atuação do Estado. As lutas

sociais pelo acesso à educação passaram a constituir importantes fenômenos da política, tornando-se parte do processo de legitimação do próprio Estado e do processo de conquistas sociais que levaram ao reconhecimento da educação como direito social e não apenas como uma expressão de processos circunscritos à dinâmica da vida privada. (ALMEIDA, 2005)

### 3.2 DEMANDAS E RESPOSTAS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Almeida (2007) apresenta na sua discussão sobre a política de educação a necessidade da compreensão das novas perspectivas socioocupacionais que se abriram para o assistente social inserido no campo da educação. Sobre tais perspectivas, o autor será enfático ao afirmar que elas “não devem ser analisadas sem destacar a centralidade da educação na dinâmica da vida social” (ALMEIDA, 2007, p. 01). Ou seja, é preciso perceber o lugar de influência que a educação tem tomado no desenvolvimento da sociedade capitalista, na expansão de suas forças produtivas, no âmbito das disputas ideológicas e das suas esferas políticas, atingindo, dessa forma, a vida social. Para ele, a vida social só será compreendida se entendermos as condições materiais, como se distribuem as riquezas que materializam a construção e reprodução da sociedade burguesa.

Essa centralidade da educação dentro da vida social demonstra a necessidade de uma relação com a política na construção de uma sociedade democrática, a partir das lutas sociais. Almeida afirma ainda que:

Deste modo, não podemos deixar de ressaltar que a educação tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a superação da sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características, assim como na agenda intelectual e política de um leque bastante amplo de educadores e cientistas sociais. (ALMEIDA, 2007, p. 01)

Esse lugar central da educação precisa ser entendido no seu sentido amplo dentro da realidade e da sociedade a qual está inserida. Entendendo, assim, que a educação apresenta a capacidade de se expandir e mudar realidades.

A adesão às lutas e movimentos sociais em torno da erradicação do analfabetismo, do alcance de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes

níveis de educação constituem expressões importantes desse processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do assistente social como partícipe nos processos de luta e organização social. Deve-se considerar que os segmentos sociais, em particular as crianças e jovens assistidos pelos programas e projetos sociais desenvolvidos pelo Estado brasileiro, configuram uma das diversas expressões atuais da pobreza que mais desafios colocam para o assistente social na área da educação. Primeiro porque o acesso à educação escolarizada passa a ser mediado por outras políticas públicas. Além disso, apresenta segmentos sociais extremamente vulneráveis frente aos fenômenos do desemprego e da expansão do narcotráfico como modalidade objetiva da estratégia de sobrevivência ou acesso ao consumo (ALMEIDA, 2007).

É necessário compreender a educação a partir dos processos históricos que a tornaram uma dimensão cada vez mais complexa da vida social, possuindo um caráter constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade.

Além disso, as expressões da “questão social” sempre serão objeto de intervenção do assistente social. Este deverá procurar entender tais expressões e, assim, através da luta pela consolidação de direito e de sua materialização, realizar o seu enfrentamento. E um dos meios para esse enfrentamento é a garantia de direitos sociais, das políticas sociais e educacionais.

Segundo Almeida (2007), a atuação dos assistentes sociais na política educacional exige compreender a política educacional como um processo que engloba diferentes níveis e modalidades de educação e ensino: a educação básica, que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial (educação de pessoas com deficiência, surdos, cegos ou pessoas com deficiência intelectual). A organização e a execução desses diferentes níveis de educação e ensino cabem ao Estado em seus três níveis: a União, Estados e Municípios. Cada uma dessas esferas de poder político possui responsabilidades e incumbências diferenciadas, não devendo ser perdida a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e o do trabalho.

Diante dessa realidade, o Serviço Social adentra em um ambiente complexo e cheio de conflitos. A realidade escolar, no Brasil, também vem sentindo os impactos da política neoliberal. A Educação vem sendo sucateada, e a população tem vivido em um nível muito alto de pobreza, que também atinge o ambiente escolar. Dessa forma, o sistema educacional, que já se encontra defasado, se torna ainda mais sem qualidade, devido ao próprio sistema que se mostra “insuficiente” para resolução dos problemas sociais, e a indisponibilidade de vagas para o atendimento dos alunos, e garantia do seu direito. O que verificamos é um baixo rendimento dos alunos, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, sendo esses os maiores desafios a serem enfrentados pelo sistema de ensino público brasileiro, que todos os anos geram estatísticas alarmantes, demonstrando a realidade já apresentada. Almeida (2007) afirma, ainda que é muito difícil pensar o engajamento profissional do assistente social em qualquer experiência educativa sem levar em conta a preocupação, ao mesmo tempo teórica e política, com a questão da pobreza.

Almeida (2007) aponta também que é preciso pensar a educação para além da política educacional. A inserção dos assistentes sociais na área educacional deve expressar uma das estratégias de enfrentamento da realidade de algumas das muitas expressões da “questão social”. Almeida chama a atenção para a escola pública, especificamente o ensino fundamental, pois ele apresenta uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, mediada pelo consumo; a utilização de drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições do trabalho docente.

Almeida e Ribeiro (2020) abordam a educação como direito social, humano e subjetivo. Eles, ao discutirem sobre as objetivações históricas das políticas voltadas às crianças e para a infância, enfatizam os principais processos que contribuíram para o seu reconhecimento como integrante da política de educação, portanto, como um direito social. Para os autores, as mudanças no âmbito das relações familiares e a

produção de um sentido novo para a infância passam a ser dinamizados, na sociedade capitalista, pela ampliação das funções ideológicas e disciplinadoras de outras instituições como a medicina, a escola e, posteriormente, o próprio Estado, através das políticas sociais. Cabe destacar que nesse percurso se produziu um particular deslocamento da experiência da infância do espaço público para o privado, em especial os institucionalizados, a partir da mobilização de normas, valores e condutas que contribuem para a internalização, no âmbito da vida cotidiana, da sociabilidade própria ao capital. A escola se tornou o lugar central onde a experiência da infância passou a ser vivida pelas crianças numa dimensão de futuro, na qual o presente se tornou, sobretudo, uma etapa de preparação para a cidadania “que virá”.

Para Almeida e Ribeiro (2020, p. 191), não podemos ignorar que os dispositivos legais e institucionais criados no campo da infância também estão diretamente relacionados à dinâmica das classes sociais em suas relações com o Estado, produzindo padrões normativos que espelham a imagem hegemônica de infância, vinculada às classes dominantes, formas de controle e repressão que incidem diretamente sobre as frações da classe trabalhadora. Assim, no Brasil, as práticas institucionais dirigidas à infância tiveram um longo e conflituoso percurso histórico determinado pelas particularidades de uma sociedade profundamente desigual. Os discursos teóricos e legais produzidos acerca da infância “abandonada”, “perigosa”, “irregular”, “criminosa”, “institucionalizada”, “assistida” e “tutelada” tiveram enorme significado na formulação das ações governamentais, assim como foram, em larga medida, por elas consolidadas:

Educação como direito social, humano e subjetivo permite a educação infantil, no âmbito da educação básica, se tornar um dos pilares da valorização da infância que vem sendo construída como parte de um processo social mais amplo e para o qual contribuiu de forma singular a aprovação do ECA e o reconhecimento da assistência social como política pública integrante da Seguridade Social. A aprovação da LOAS, em 1993, e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, também aponta avanços na direção da proteção à infância, mas considerando a dinâmica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Educacional (SNE) suas interlocuções e interfaces são mediadas pela focalização dos programas sociais e educacionais. (ALMEIDA, RIBEIRO, 2020, p. 191).

Como se pode verificar nessa citação, na perspectiva da educação como direito social, são enfatizadas as condições institucionais forjadas no sentido de se assegurar

a “proteção integral da infância” como um direito, o que indica que o desenho assumido pelas políticas da infância, embora tenham tonalidades cada vez mais intersetoriais, não expressam alcance universal, ao contrário, ainda transitam por escalas restritas à ação governamental municipal determinada por programas estruturados de maneira focalista. Evidentemente, a aplicação pode ser utilizada numa perspectiva transformadora, o que também pode aparecer no exercício profissional do assistente social comprometido com a transformação social, e deve diferir do fazer profissional que busca exclusivamente dar respostas às instituições. O assistente social é um profissional que exerce, indiscutivelmente, funções educativo-organizativas junto aos segmentos da classe trabalhadora.

Ainda para Almeida e Ribeiro (2020, p. 197):

A atuação de assistentes sociais nesse processo esteve associada aos condicionantes derivados da condição de pobreza, seja sob o aspecto material como moral. A ação técnica especializada se desenvolveu em consonância com as dinâmicas organizativas e intelectuais da profissão. Nesse sentido, educação como direito social, humano e subjetivo permite o trabalho profissional de assistentes sociais em diferentes espaços socioocupacionais e nas diferentes lutas – inclusive no campo da Educação – vem se ancorando no acúmulo crítico e analítico da profissão, e impulsionando a elaboração de documentos que expressam as ideias e posições da categoria profissional sobre determinadas questões

É importante compreender que os assistentes sociais podem vir a contribuir no processo de formação da consciência dos usuários, já que o trabalho profissional pode apontar para uma direção social que imprima um compromisso com a organização política, com o enfrentamento prático das inúmeras formas de violação dos direitos e com as expressões da questão social.

Pereira e Almeida (2020), ao analisarem o processo de aprendizado na política de educação, identificaram uma inquietação comum: buscar entender como contribuir para a formação profissional do assistente social tomando como pressuposto sua própria condição básica de trabalhador, apontando a importância de que ao longo da formação profissional do assistente social se faça problematizar o senso comum. Para tanto, é fundamental a análise da relação da educação com os processos de sociabilidade próprios da sociedade do capital e de como a política educacional deve ser pensada em sua relação com as demais políticas públicas. Os autores chamam a atenção também para a importância de se pensar sob que condições estão sendo

moldados os processos de formação e qualificação da classe trabalhadora. Além disso, o assistente social, também um trabalhador intelectual, deve se apropriar e se posicionar em relação a esses processos.

Ainda que envolvidos com níveis e modalidades diferenciados da política educacional, os assistentes sociais e os trabalhadores com quem eles se relacionam, política e profissionalmente, estão subordinados a parâmetros de formação e qualificação que percorrem em torno da lógica de expansão da mercantilização das relações sociais e da privação da capacidade de criar, pensar e propor.

Almeida (2020) reforça a necessidade de compreendermos que não se deve pensar a educação e todos os outros direitos sociais e humanos de modo desvinculado das condições reais em que produzimos nossa existência. A construção de uma educação que fortaleça o significado de cidadania, de liberdade, de democracia e de emancipação não pode estar desarticulada das lutas pelo acesso à saúde, ao trabalho digno, à moradia, ao lazer, à cultura. A educação não pode ser tomada apenas em seu sentido estrito, somente como política pública, muito embora ela cumpra um papel de suma importância na trajetória das conquistas e mudanças sociais. É necessário entender a educação como uma dimensão complexa e histórica da vida social, compreender a política educacional como uma dada expressão das lutas sociais. A luta pela educação constituiu-se em uma das expressões da questão social. Qualquer ação estratégica no tocante à educação deve levar em conta seu significado como dimensão da vida social e como área de atuação e disputa no campo das políticas públicas. Essa forma de compreensão revela a necessária abordagem das práticas sociais e profissionais a partir da relação entre Estado e Sociedade Civil.

Almeida (2020) cita a realidade de milhões de pessoas que sobrevivem no Brasil com condições precárias, tendo que sobreviver da venda da sua força de trabalho. Com isso, ocorre uma grande mudança de cunho ideológico, no campo educacional, com a reprodução de uma educação voltada para a formação da força de trabalho, porém articulada à educação de empreendedor de si mesmo. Porém, a educação deve ser compreendida como um direito e não como uma mercadoria.

Almeida (2020) enfatiza a relação que a educação tem com outras áreas de política social. Pois diferentes programas sociais no campo da cultura, do lazer, da

política de atenção à criança e ao adolescente, da política para juventude, da assistência, do enfrentamento da pobreza preveem ações, articulações e interfaces com a área da educação. No entanto, o autor ressalta que se deve ter certa cautela e atenção, uma vez que nessa situação tais ações terminam considerando o fato de a educação vir a ser valorizada, não como direito subjetivo, mas como parte das estratégias de sobrevivência da vinculação desse acesso à obtenção de um recurso no âmbito dos programas sociais. Isso causa, assim, o incentivo ao acesso ou retorno à educação a qualquer custo, sem reflexão sobre significados e necessidades, e a distorção da compreensão da assistência social como direito social que assegura uma renda mínima numa dimensão assistencialista.

No ambiente educacional de ensino infantil e fundamental, alguns projetos são implementados com o objetivo de contribuir para o combate à diminuição da frequência e da evasão escolar das crianças e adolescentes. O referido acompanhamento busca a identificação do aluno que está faltando às aulas para que o acompanhamento da Frequência Escolar no Sistema Presença/MEC alcance os objetivos do Programa Bolsa Família e contribua para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que utilizam como fundamentos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

As atividades realizadas nas instituições de ensino precisam estar interligadas, pois os professores necessitam da coordenação para elaboração dos planos de aula, como também o Assistente Social precisa do acompanhamento do professor em relação à frequência do aluno. O Assistente Social desenvolve na escola atribuições e programas adequados às necessidades das unidades de ensino. O profissional Assistente Social orienta e mobiliza os alunos e seus familiares na garantia de direitos. Ele realiza várias atividades como visitas domiciliares; articulações com outras instituições; elaboração e execução de projetos, em busca de resultados objetivando a permanência do aluno na escola e a melhoria da qualidade do ensino.

No próximo capítulo, iremos caracterizar a experiência do Estágio num espaço socioocupacional da educação, tendo como objetivo relatar e refletir experiências desenvolvidas nas atividades do estágio que revelaram a importância da intervenção do assistente social na área da educação e, principalmente, na abordagem e

discussão, bem como, no encaminhamento, de demandas específicas e delicadas, como é o caso do abuso sexual infantil.

### 3.3 A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO NUM ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL DA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES

Nos capítulos anteriores apresentamos uma pesquisa teórica na qual estruturamos um debate crítico sobre os reflexos da crise do capital e do neoliberalismo sobre as políticas sociais e a intervenção do Assistente Social na Política Pública de educação. Neste capítulo, iremos abordar o estudo das práticas desenvolvidas pelo assistente social na Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira e identificadas durante o Estágio Obrigatório Supervisionado.

Durante a observação e a prática supervisionada, foi possível perceber que o Assistente Social do referido espaço desenvolve atividades para o enfrentamento das demandas que lhes são apresentadas, buscando constantemente a apreensão da realidade com base nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa indispensáveis ao exercício profissional, desenvolvendo uma análise crítica, levando-o a discutir as estratégias e técnicas de intervenção, de forma que o desenvolvimento de suas atividades esteja fundamentado no Projeto Ético-Político da profissão.

Durante a experiência de Estágio curricular obrigatório na Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira, as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Social foram:

1 - Planejamento das atividades que seriam desenvolvidas na escola para a comunidade escolar. Para isso, foi elaborado um plano de ação composto com datas para discussão de temas específicos (ex.: combate ao abuso sexual infantil, Dia do Trabalhador, Outubro Rosa, Novembro Azul, Dia Mundial de Combate ao HIV, etc);

2 - Entrevistas com pais e/ou responsáveis de alunos (as) recém-matriculados. Foram realizadas também entrevistas com os alunos adolescentes. A entrevista é utilizada como estratégia para que possa ser traçado o perfil dos alunos e da comunidade inserida na escola. No momento da entrevista, é preenchido um

formulário com informações referente à situação educacional e socioeconômica de todos os membros da família.

No início da conversa, é esclarecido aos entrevistados que as informações apresentadas pelos mesmos serão mantidas em sigilo e só serão relatadas na ficha de matrícula escolar em casos de extrema necessidade, por motivos de segurança e/ou saúde. Durante as referidas entrevistas, baseando-se no estudo da realidade apresentada por cada família, são realizados encaminhamentos para as instituições que trabalham com outras políticas sociais ou, seja saúde, previdência ou assistência social. O Serviço Social também realiza encaminhamentos para instituições não governamentais que desenvolvem atividades educativas ou ocupacionais, para obtenção de apoio socioeducativo. Durante as entrevistas o atendimento também é conduzido com orientações sobre diversos assuntos, sexualidade, direitos sociais, direitos trabalhistas, dentre outros. É enfatizada também a importância de não faltar às aulas, pois as faltas acarretam prejuízo no aprendizado. É realizado, ainda, convite para os familiares retomarem os estudos, esclarecendo-os sobre a importância da educação na vida de cada cidadão.

Posteriormente, os referidos formulários foram lidos, codificados e os dados sistematizados e contabilizados percentualmente, para realização de estudo e planejamento para plano de ação, conforme o que foi catalogado nos relatórios. Nas referidas entrevistas, é possível observar o alto índice de desemprego e informalidade no trabalho, como também o grande número de pais separados e a baixa escolaridade familiar. Também é importante registrar o aumento de menores matriculados na escola com “sub-registro paterno”. Durante os referidos atendimentos, foi esclarecido às mães que elas precisam ter consciência de que é direito da criança ter o nome do pai no Registro Civil. Além disso, vale chamar a atenção para o aumento dos relatos de pais assassinados, vítimas da violência.

3 – Relatório para preenchimento da ficha de encaminhamento ao Conselho Tutelar - referente ao projeto FICAI/PRESENÇA. O documento contém dados dos alunos com faltas escolares acima de 25%, para que as famílias sejam notificadas;

4 – Realização de levantamento dos alunos desistentes e evadidos dos turnos matutino, vespertino e noturno, para posterior contato telefônico ou visita domiciliar, com o objetivo de abordar o motivo da desistência ou evasão;

5 – Visitas domiciliares aos alunos infrequentes e para atendimento de outras demandas. Essas visitas são realizadas conforme as demandas de infrequência ou evasão escolar, buscando reinserir esses alunos novamente no contexto escolar. As visitas são realizadas como último recurso, antes da visita os responsáveis são convidados para comparecer ao setor do Serviço Social da escola;

6 – Realização de atividades e projetos que apresentem aos alunos a realidade a qual os mesmos estão inseridos;

7 – Acompanhamento e planejamento em programas e projetos institucionais promovidos pela escola, participação em reuniões junto à equipe técnica da escola, expondo a visão do Serviço Social e propondo projetos sociais, para realização de projetos que ultrapassem o muro escolar, como atividades extracampo, difundindo e estimulando os alunos para o acesso à cultura e à arte, promovendo a integração e estreitando laços de amizade e respeito.

Dentre as atividades extracampo realizadas na escola com a participação dos alunos do período noturno, do EJAII – Educação de Jovens, Adultos e Idosos destacou-se um passeio ao teatro. O evento fez parte do projeto “Teatro é o Maior Barato”, que tem como objetivo difundir e estimular o gosto pela arte, apresentando várias vertentes da cultura alagoana. O referido projeto disponibiliza ingressos para alunos da rede pública municipal nos teatros da cidade de Maceió. A adesão à atividade foi satisfatória. Os alunos estavam acompanhados por professores, coordenação, direção, assistente social e três estagiários de Serviço Social. Para muitos desses alunos, era a primeira vez que entravam naquele espaço cultural. Ao término da exibição da peça teatral, os alunos falaram sobre o passeio e sobre o quanto foi proveitosa a atividade, colocando-se disponíveis e motivados para a participação em outros eventos similares. Outra atividade realizada foi em comemoração ao Dia do Estudante, com uma sessão de cinema – filme “Planeta dos Macacos: A Guerra”.

Foi realizada também atividade de combate à AIDS. A ação teve início com a abordagem aos alunos por meio de apresentação de *slides* referentes à prevenção, aos sintomas, tratamentos e informações sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Foi apresentado o documentário “SAÚDE É VIDA: Aids não tem cara”. Em seguida, realizamos uma roda de conversa com dinâmica e demonstração sobre o uso adequado do preservativo. O público-alvo foi os alunos da modalidade EJA. A adesão à atividade foi satisfatória. Ao término da atividade foram distribuídos *kits* contendo preservativos feminino e masculino, junto com folhetos explicativos referentes ao assunto. Na avaliação da ação, verificamos que a atividade foi proveitosa e que a mensagem foi transmitida com êxito, pois conversando com os alunos pode-se perceber que eles refletiram sobre o tema;

8 - Aplicação de pesquisa com os alunos, com o objetivo de analisar quantitativa e qualitativamente o grau de satisfação dos mesmos em relação aos serviços educacionais oferecidos pela escola;

9 - A articulação com outras instituições para viabilizar o acesso aos serviços, benefícios e programas sociais para atualizar cadastros de recursos sociais;

Após o processo, sistematizaremos algumas das atividades desenvolvidas durante nossa experiência de estágio na escola Municipal José Bonifácio da Silveira, ocasião que pudemos observar que a análise crítica precisa ser realizada de forma comprometida com os usuários: sejam alunos, familiares, docentes, comunidade escolar ou comunidade local. A realidade profissional do Assistente Social, no âmbito da educação, é diferente da imagem e dos conceitos que formamos quando estamos fora do processo. Consideramos este um processo desafiador que exige a leitura da realidade social a partir do seu movimento estrutural e conjuntural.

É possível observar alguns pontos positivos no ambiente de atendimento adequado que propiciam o sigilo das informações e documentos apresentados nas entrevistas e acompanhamentos, conforme orienta o atual Código de Ética profissional do Serviço Social (1993), artigos 15 e 16:

**Art. 15.** Constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional.

**Art. 16.** O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da

profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012, p. 35).

Outro ponto positivo que identificamos se refere ao plano de ação apresentado pelo Assistente Social da instituição que orienta e mobiliza os alunos e seus familiares na garantia de direitos, voltando-se para a promoção de inclusão social, contribuindo para transformá-los em cidadãos conscientes das políticas sociais, dos seus direitos e deveres.

Por outro lado, percebe-se que no ambiente escolar o Assistente social precisa fomentar a integração com os professores e a coordenação/direção da escola, uma vez que precisa promover a articulação com os alunos, principalmente para reduzir e combater a principal demanda do campo, a infrequência, seguida da evasão escolar.

Outro ponto negativo são as refrações da “questão social” como casos de violência, desemprego, drogadição, pobreza, que apresentam grandes desafios para atuação do profissional de serviço social, que precisa estar envolvido não apenas com a instituição, mas também com a comunidade fora da escola.

O Serviço Social tem um papel importante no processo de mobilização e orientação, apresentando possibilidades de um espaço para discussões e esclarecimentos sobre diversos temas que acometem a sociedade atual.

Dentre alguns pontos observados no espaço socioocupacional do serviço social da educação, vale destacar a questão da reflexão da luta, prevenção e combate à violência sexual contra a criança e ao adolescente. Como forma de socializar informações e promover junto aos pais e familiares de alunos (as) orientação sobre prevenção e combate à violência sexual contra a criança e ao adolescente escolhemos o referido tema para realizar o projeto de intervenção do estágio obrigatório supervisionado.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu Capítulo II – Da Educação Básica, na Seção II – Da educação Infantil, no seu Artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

O interessante é atentarmos para o fato de que a educação infantil não deve apenas ter a finalidade do desenvolvimento intelectual da criança, mas também contribuir para o desenvolvimento psicológico e social, que estará em complementação com o que se aprende no núcleo familiar e na própria comunidade a que ela estará inserida. E essas três áreas, escola, família e sociedade são responsáveis diretas pela formação sexual da criança, formação que não se manifesta a partir da fase da puberdade, mas desde a infância. Portanto, é um equívoco pensar que a pulsão sexual somente manifesta-se na fase da puberdade do ser humano, ausentando-se durante a sua infância. (SILVA; SOUZA, 2013)

Diante desse desenvolvimento da sexualidade que deve ser visto como etapas comuns da vida de uma criança, pais e professores precisam cada vez mais estar preparados para fornecer um entendimento saudável sobre esse assunto. De forma que ao mesmo tempo em que ele consiga proteger e prevenir que uma criança sofra abuso sexual, consiga também identificar quando estiver diante de uma vítima. Segundo Silva e Souza (2013), é necessário criar um ambiente no qual a criança perceba que a sexualidade não é assunto proibido, para que, de maneira saudável e natural, ela se sinta à vontade para perguntar. E a escola é esse ambiente. De fato, ela não deve ser a única a abordar esses temas, mas deve ser aquela que dará continuidade ao que deve estar sendo tratado de maneira saudável e natural no seio familiar, e quando isso não acontece, é necessário corrigir alguns processos, evitando possíveis distorções.

No entanto, é importante ressaltar que há tanto negligência da família, como despreparo da escola na abordagem sobre o abuso sexual infantil. E este, infelizmente, tem crescido de forma alarmante em todo Brasil, mesmo com os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como consta nos artigos 17 e 18:

**Art. 17.** O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

**Art. 18.** É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ECA, 1990, p. 22)

Porém, apesar de se reconhecer o despreparo em algumas famílias e escolas na abordagem sobre esse tema, não podemos nos deter a apontar os culpados, mas identificarmos e indicarmos soluções, e a Orientação Sexual pode contribuir para isso. Segundo o PNC - Parâmetros curriculares nacionais (1997) o trabalho de Orientação Sexual também contribui para prevenção de problemas graves como abuso sexual e a gravidez indesejada. As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para prevenção desses problemas. Finalmente pode-se afirmar que a implantação de Orientação Sexual nas escolas contribui para o bem-estar das crianças e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura.

É importante destacar que mesmo assim a escola continua sendo uma das principais instituições consideradas ideais para detecção, intervenção e encaminhamento em casos de abuso sexual infantil. Só que para isso é essencial que os professores sejam capacitados e informados com relação aos conhecimentos da legislação referente ao tema e direitos da criança e do adolescente – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que, em seu artigo de nº 245 evidencia qual a consequência da omissão sobre casos de abuso sexual por um professor, gestor ou responsável por menores.

**Art. 245º.** Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro no caso de reincidência. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ECA, 1990, p. 117).

Além da capacitação, informação e conhecimento nesse processo de detecção do abuso sexual é necessário que o profissional tenha informação suficiente para identificar os sintomas que são comumente apresentados pela criança quando abusada.

Alguns desses sintomas são apontados pelo Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI: comportamento agressivo; mau desempenho escolar; raiva; fuga da escola; vergonha excessiva; perturbações no sono; medo do escuro; poucas relações com colegas ou companheiros; mudança de apetite;

comportamento sexual inadequado para sua idade; medo de certa pessoa; de ficar sozinha em algum lugar ou com alguém; dentre outros sintomas.

Vale ressaltar que o Serviço Social tem um papel importante no processo de mobilização e orientação sobre essa temática, pois pode apresentar possibilidades de um espaço para discussões e esclarecimentos sobre a violência contra crianças e adolescentes.

Durante o período de observação e acompanhamento aos atendimentos no estágio obrigatório supervisionado, foram presenciados relatos de abuso sexual infantil e outras formas de violência contra crianças e adolescentes. Conforme os relatos, as situações de abuso, muitas vezes, estão relacionadas à violência doméstica e a problemas no meio familiar; o agressor, na maioria das vezes, é um membro da família ou alguém próximo ao convívio familiar. Em outros casos, o abuso sexual estava associado ao abuso de álcool e drogas. Pode-se acrescentar também a realidade de pais e mães que precisam trabalhar fora ausentando-se durante o dia, deixando crianças e adolescentes vulneráveis a atos de violência.

No que se refere ao papel da escola quanto ao enfrentamento desse problema, vale ressaltar que ela não deve ser não apenas um ambiente de detecção e intervenção nos casos de abuso infantil, é necessário que ela trabalhe com a prevenção desses casos. Para isso, a abordagem desse tema deve perpassar seus muros, e trabalhar com toda a comunidade, entendendo, assim, que a prevenção e segurança das crianças é uma responsabilidade de todos. É necessário também a realização de atividades dentro da escola abordando a temática do abuso infantil, unindo isso à capacitação e treinamento dos profissionais de educação acerca do abuso sexual. Enfim, é necessário todo um conjunto de medidas dentro da escola, para que haja uma redução nesses índices que só crescem, e o educador tem um papel vital nesse processo. No que se refere ao abuso sexual, foi constatado que em 44% dos casos analisados o educador foi o primeiro a saber, e, em 52% dos casos analisados, o educador foi o primeiro adulto a saber do abuso (SILVA e SOUZA, 2013). Isso tudo demonstra não só a importância da escola, e do educador, mas a importância de iniciativas de projetos dessa natureza nas escolas, junto ao envolvimento de educadores como agentes de prevenção dos casos de abuso às crianças. Assim, percebemos que a educação é um dos caminhos mais importantes

para reduzir os índices de abuso sexual não somente dentro da escola, mas também no seio da família, e na comunidade.

Baseado na perspectiva crítica-dialética compreende-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes é fruto de um processo sociohistórico que colocou a criança e o jovem em lugar de desatenção e desproteção social. Historicamente, os pilares sociais que deveriam ser de proteção a esses sujeitos, como a família, a sociedade e o poder estatal pouco deram atenção e visibilidade a esses fatos contundentes. Foi somente com a legitimação da Constituição Federal de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, com forte influência da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que as diversas formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, bem como as demais práticas que violam e deturpam os direitos desses sujeitos, ganharam maior visibilidade, restando ao Estado prestar assistência a essa população que, desde sua gênese, foi e continua sendo vítima da violência física, sexual, psicológica ou violência fruto de negligência. (PEDERSEN, 2008)

No que tange à violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso analisar o contexto mais amplo em que as famílias desses sujeitos sociais estão inseridas, compreendendo o movimento real da sociedade burguesa e suas expressões sociais em meio a um contexto de contradições estruturais de classes (PEDERSEN, 2008). Ou seja, as reflexões advindas da violência ou exploração sexual são expressões das relações polarizadas entre as classes, emanadas por uma estrutura social, econômica, ideopolítica, cultural e religiosa de contradição estrutural da sociedade burguesa.

De acordo com Pedersen (2008), a violência é uma expressão multifacetada que atinge todas as classes sociais, perdurando e se desenvolvendo cotidianamente no seio das relações sociais capitalistas, atingindo especialmente crianças e adolescentes que, “por vezes, ainda são consideradas à margem de qualquer poder na vida familiar e social” (p. 112).

A violência não pode ser analisada ou entendida como uma expressão singular, resultante de forças da natureza humana ou extranaturais, ou um mecanismo autônomo, sem interferência com os determinantes sociais e condições estruturais de

vida (PEDERSEN, 2008). De acordo com Pedersen (2008, p.113 apud Leal e Cesar), essa violência expressa:

Uma relação de poder que se exerce pelo adulto ou mesmo não adulto, porém mais forte, sobre a criança e o adolescente, ou mesmo adulto, num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de suas pessoas enquanto outro.

Ao referenciarmos o conceito de violência, entende-se que as práticas/ou omissões de vitimização desses sujeitos acarretam sérios agravos para o desenvolvimento da criança e do adolescente no que tange ao ciclo de convivência social desta população, podendo chegar a cessar, impedir, deter ou retardar o seu desenvolvimento social e mental que, nesse estágio, necessita de cuidados e proteção (PEDERSEN, 2008).

Como mencionamos anteriormente, a violência não é um fenômeno praticado de forma natural pelo homem, mas sua base de existência se engendra em um processo sociohistórico que atinge toda a camada das classes sociais, bem como se estabelece na forma de dominação de gênero e raça e, ainda, nas relações arbitrárias entre adulto/criança (PEDERSEN, 2008). Ou seja, é um fenômeno que se constitui e se prolifera frente a um processo desencadeador das refrações da “questão social” e suas múltiplas refrações, evidenciada pela expressiva contradição estrutural da sociedade capitalista.

Dessa forma, muitos fatores podem contribuir como facilitadores da violência, são eles, os (as):

Fatores sociais, como a miséria e o desemprego e as más condições de vida e sobrevivência são fatores que podem facilitar a ocorrência dos maus-tratos e do abuso sexual, devido à presença de um montante de frustrações presentes nessas situações, que excede, muitas vezes, a capacidade de buscar soluções criativas e construtivas. Na classe popular, os maus-tratos são mais visíveis, chegam com mais frequência aos serviços públicos de atendimento, e também por isso a atuação junto a esse público fica facilitada. Por mais difícil que seja a intervenção, é aqui que se visualizam maiores possibilidades de atendimento e proteção à criança. Mas é fato que a ocorrência de violência intrafamiliar é encontrável em qualquer classe social (PEDERSEN *apud* SANTOS, 1997, p. 23).

O autor supracitado reafirma que as bases contundentes que constrói e constitui essa forma de sociabilidade são explicáveis para compreender os fenômenos que se originam e se expressam no seio da sociedade capitalista, estando entre elas

o fator de recorrência (a violência). Contudo, os determinantes e condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais incidem fortemente nas relações sociais e intrafamiliares, abrindo caminho para a violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, desencadeando fatores de agressão física, psicológica e sexual destes sujeitos.

Desse modo, a violência sexual pode ser classificada como o ato de abuso sexual e exploração sexual. O primeiro caracteriza-se pelo “ato ou jogo sexual em que adulto submete a criança ou o adolescente numa relação de poder desigual, para se estimular ou se satisfazer sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução” (SCOBERNATTI *apud* PEDERSEN, 2008). Já o segundo é caracterizado pela “relação sexual de crianças ou adolescentes com adultos, mediada por dinheiro ou troca de favores” (SANTOS *apud* PEDERSEN, 2008). Em suma, a violência sexual está relacionada às práticas de abuso e de exploração sexual das quais são vítimas as crianças e adolescentes.

Dentre as mais diversas causas relacionadas ao abuso sexual encontram-se:

Desde problemas de saúde mental, tais como dependência e abuso de álcool e outras drogas, problemas neurológicos, história familiar passada ou presente de violência doméstica; ocorrência de perturbações psicológicas entre os membros das famílias; o despreparo para a maternidade e/ou paternidade de pais jovens, inexperientes ou sujeitos a uma gravidez indesejada; a adoção de práticas educativas muito rígidas e autoritárias; o isolamento social das famílias que evitam desenvolver intimidade com pessoas de fora do pequeno círculo familiar; a ocorrência de práticas hostis, desprotetoras ou negligentes em relação às crianças, e fatores situacionais diversos que colocam as famílias frente a circunstâncias são antecipadas e que podem atuar como estressores ou facilitadores para o desencadeamento dos abusos (PEDERSEN, 2008, p. 116).

Portanto, segundo o autor, várias práticas de violência sexual circunscrevem as expressões que dão visibilidade ao abuso sexual, compreendendo que estas estão inseridas e defrontadas com as condições de vida dos sujeitos, sejam elas no âmbito social e econômico, que envolve as condições de (moradia, saúde, alimentação, educação, lazer, esporte, trabalho e renda, etc;), seja as condições culturais e ideopolíticas (gênero, raça, religiosidade, etc;) e do próprio contexto enviesado pela “questão social” e suas múltiplas expressões. Contudo, são as consequências do agravamento da “questão social” e suas refrações, no sentido mais amplo, que

exteriorizam e expressam com bastante relevância as desigualdades sociais evidenciadas pelo caráter contraditório da sociedade burguesa.

É possível identificar que a violência sexual, cometida contra crianças e adolescentes, está intimamente relacionada com as condições de vulnerabilidade social que vivem e se debruçam esses sujeitos sociais. Contudo, a violência se torna mais expressiva e contundente à medida que as desigualdades sociais se alargam frente à complexidade social, política, econômica e cultural que se apresenta através das avassaladoras relações sociais capitalistas, pois entende-se que:

A vulnerabilidade social pode ser um fator determinante para o desencadeamento da agressão física e/ou sexual de crianças e adolescentes, haja vista que as consequências trazidas pelas desigualdades sociais geradas pelo mundo capitalista contribuem também para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais (PEDERSEN, 2008, p. 118).

Desse modo, a abordagem histórico-crítica nos possibilita analisar os processos sociohistóricos que dão sustentabilidade e proliferam o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, entendendo a violência sexual como uma das expressões da “questão social” resultante das desigualdades sociais inerentes ao processo de produção e reprodução do capital. Assim, os direitos fundamentais infanto-juvenil, que deveriam ser assegurados pelo Estado, são violados e deturpados, colocando em risco o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Durante o período de observação e acompanhamento aos atendimentos no estágio obrigatório supervisionado foram presenciados relatos de abuso sexual infantil e outras formas de violência contra crianças e adolescentes. Conforme os relatos, as situações de abuso, muitas vezes, estão relacionadas à violência doméstica e a problemas no meio familiar; o agressor, na maioria das vezes, é um membro da família ou alguém próximo ao convívio familiar. Em outros casos, o abuso sexual estava associado ao abuso de álcool e drogas. Pode-se acrescentar também a realidade de pais e mães que precisam trabalhar fora ausentando-se durante o dia, deixando crianças e adolescentes vulneráveis a atos de violência.

A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma, no Art. 5º, que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, p. 16).

O espaço escolar, com a contribuição do assistente social e dos demais profissionais, busca formas de enfrentar entraves vivenciados pelos (as) alunos (as) diariamente, despertando neles uma consciência crítica, tendo como finalidade formar cidadãos conhecedores de seus direitos e de sua existência na sociedade capitalista atual.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é fruto de um processo histórico que colocou a criança em lugar de desprivilegio e desatenção. Nesse sentido, torna-se a identificação das múltiplas expressões da “questão social” necessária e urgente, pois são vivenciadas tanto pelas famílias, como pelas próprias vítimas da violência, já que as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais geradas pelo capitalismo se aprofundam e se tornam complexas a cada dia. Sobre essa temática, o objetivo da intervenção do Serviço Social no espaço escolar é discutir, através de atividade socioeducativa com a comunidade escolar e a comunidade externa à escola, a conscientização sobre o abuso sexual infantil e a violência contra a criança e ao adolescente, provendo, junto aos pais e familiares de alunos (as), orientação sobre prevenção e combate à violência sexual contra a os menores de idade. O foco é socializar as informações referentes ao tema para denunciar e romper com o ciclo de violência.

No período da experiência no estágio foi possível observar que os (as) usuários (as) da escola correspondem aos moradores de comunidades do bairro de Bebedouro e bairros vizinhos, localizados na periferia da cidade de Maceió, e que apresentam alto índice de violência e registros de abusos sexuais conforme acompanhamos através da mídia, registros e observações. Com isso, a busca para promover, junto aos pais e familiares de alunos (as), orientação sobre prevenção e combate à violência sexual contra a criança e adolescente é necessária e faz parte da rotina de demandas que a instituição precisa dá uma atenção maior.

Durante a referida experiência vivenciada foi possível constatar também que a Assistente Social, supervisora de Campo do estágio, demonstrou comprometimento

e engajamento com o projeto sociopolítico, e com a instituição escolar, buscando estratégias para diminuição do índice do principal problema do campo, a evasão escolar.

Diante das atividades desenvolvidas no campo de estágio da Escola Municipal Major Bonifácio Silveira, é importante ressaltar a experiência dentro desta instituição porque, na realidade conjuntural que a escola encontra-se inserida, a infrequência e a evasão escolar são as principais demandas, porém é necessário entender o contexto da realidade que os referidos alunos e comunidade escolar encontram-se inseridos.

## CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma reflexão sobre a intervenção do assistente social no espaço socioocupacional da educação, São as transformações nesta esfera que nos auxilia a compreender as mudanças no campo educativo, se considerar o trabalho como centralidade ontológica.

Foi possível observar que o projeto neoliberal, introduzido no Brasil em 1989, provocou efeitos nefastos de exclusão social, incluindo aí tanto uma segregação social quanto uma restrição ao acesso e à criação e produção de ciência e tecnologia, por meio de um processo de redução de aprendizagem e de limitação do acesso da população aos diversos níveis da educação. O neoliberalismo também procura dirimir o papel econômico do Estado em sentido estrito, reduzindo a sua necessidade às funções de repressão, de segurança e de legitimação jurídica-institucional, atacando o seu papel de regulador de políticas que interferem no mercado.

Melo (2005), ao citar a mundialização da educação, afirma que a partir da década de 1980 as políticas educacionais também seguiram os movimentos de mundialização do capital. No Brasil, a mundialização da educação mantém características históricas fundamentais de exclusão social, mantendo o dualismo entre a educação para as massas e para as elites, organizando os sistemas educacionais para a capacidade e geração de conhecimentos diferenciados.

A educação precisa ser inclusiva para ensinar e indagar. É preciso existir o movimento de interrogação e de questionamentos. É necessário compreender a educação a partir dos processos históricos que a tornaram uma dimensão cada vez mais complexa da vida social. No estudo apresentado foi possível perceber a importância da educação, compreender que ela possui uma função social importante na dinâmica da reprodução do ser social

De um modo geral, esse estudo possibilitou demonstrar que o Serviço Social tem um papel importante no processo de mobilização e orientação dentro da realidade do contexto escolar. O Assistente Social deve ser inserido na Política de Educação compreendendo a dinâmica de seu trabalho e como a forma de sua intervenção reflete de maneira positiva no cotidiano da comunidade escolar, buscando minimizar os

índices de evasão escolar, situações de violência, drogadição e baixo rendimento escolar.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos com o objetivo de contribuir para o combate à diminuição da frequência e à evasão escolar das crianças e adolescentes. O Assistente Social desenvolve na escola atribuições e programas adequados às necessidades do local.

Diante dessa realidade, o Serviço Social adentra em um ambiente complexo e cheio de conflitos. A realidade escolar, no Brasil, também vem sentindo os impactos da política neoliberal. A Educação vem sendo sucateada, e a população tem vivido em um nível muito alto de pobreza, que também atinge o ambiente escolar. Dessa forma, o sistema educacional, que já se encontra defasado, se torna ainda mais sem qualidade, devido ao próprio sistema que se mostra “insuficiente” para resolução dos problemas sociais, e a indisponibilidade de vagas para o atendimento dos alunos, e garantia do seu direito.

Em virtude dos tópicos mencionados, pode-se concluir que o objetivo geral da pesquisa foi compreender a contribuição do assistente social na política educacional tendo fundamental importância, pois objetiva despertar uma consciência crítica na comunidade escolar, com a finalidade de formar cidadãos conhecedores de seus direitos e de sua existência na sociedade.

Essa pesquisa buscou compreender que como na prática do profissional Assistente Social e de outros profissionais do campo educacional é preciso uma conduta democrática e olhar indagador/pesquisador, que seja contrário ao senso comum, com capacidade de dialogar com a população, que, apesar de tudo, sobrevive, resiste e luta, mesmo diante as dificuldades. Nesse contexto, a educação precisa ser inclusiva para ensinar e indagar, pensar de uma maneira menos autoritária, menos robótica. É preciso existir o movimento de interrogação e de questionamentos, para não cair mergulhado no óbvio da reprodução automática do sistema capitalista.

O período de estágio supervisionado foi de grande relevância para a formação acadêmica, pois a teoria estudada na universidade foi aliada à prática no espaço sociocupacional, tanto a etapa de observação como a de participação foram

essenciais, mas é na etapa da prática que se adquiriu conhecimentos e experiências diversas, as quais serão levadas como experiências essenciais para um desenvolvimento profissional crítico sobre os reflexos das expressões “questão social” e suas refrações. Sendo possível perceber que as atividades propostas no decorrer do estágio, na etapa da prática, deram resultados satisfatórios e os objetivos foram alcançados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte(MG) -Maio/2007. Disponível em: <[www.cressmg.org.br/Textos/textos\\_simposio/2007.05.19\\_plenaria8-neyteixeria.doc](http://www.cressmg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8-neyteixeria.doc)>. Acesso em 07/05/2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social. Fundamentos e História**. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BRASIL. **Código de Ética do assistente social e Lei n. 8.662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394**, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997. Volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Disponível em: <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em 19 de março de 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Brasília, CFESS: set. 2001.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para o debate do serviço social na educação**. Brasília, DF: 2012.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade n. 62, São Paulo: Cortez, p. 5-34, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. **A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2013, n.113, pp.106-130. ISSN 0101-6628. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000100005>>. Acesso em 05 de junho de 2020.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e Reprodução Social: A perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela**. 2003. 244 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253166>>. Acesso em 26/04/2021.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da educação: neoliberalismo e social-democracia no Brasil e na Venezuela. Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2005, v. 3, n. 2 [Acessado 22 Julho 2021]. pp. 397-408. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462005000200008>>. Epub 31 Out 2012. ISSN 1981-7746. <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462005000200008>>. Acesso em 27/05/2021.

PEDERSEN, JAINA. **Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social**. Porto Alegre (RS) Novembro/2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/5677/4130>>. Acesso em 12/03/2020.

PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). **Serviço Social e Educação. Uberlândia: Navegando Publicações**, 2020. Disponível em: <[file:///C:/Users/mateu/Downloads/35e7c6\\_63084655ae4a4e4a8ed8c7f8cc77ab61.pdf](file:///C:/Users/mateu/Downloads/35e7c6_63084655ae4a4e4a8ed8c7f8cc77ab61.pdf)>. Acesso em 27/08/2021.

SILVA, P.F.A; SOUZA, M.A. **A Escola e o Abuso Sexual Infantil**. Guaxupé (MG) - 2013 Disponível em: <[www.fundeg.br/revista/artigos-docentes/2013/v2-n2/Malu-Alves-de-Souza-e-Paula-Fernanda-Arena-Silva-A%20ESCOLA-E-O-ABUSO-SEXUAL-INFANTIL.pdf](http://www.fundeg.br/revista/artigos-docentes/2013/v2-n2/Malu-Alves-de-Souza-e-Paula-Fernanda-Arena-Silva-A%20ESCOLA-E-O-ABUSO-SEXUAL-INFANTIL.pdf)>. Acesso em 12/03/2020.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. Buenos Aires: CLACSO**, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>>. Acesso em 04/04/2021.

TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social comentado. Organização do CFESS**. São Paulo: Cortez, 2012.